

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2018/007297
RECORRENTE: ADONIAS DOMINGOS DE CARVALHO
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - SIT
AUTO DE INFRAÇÃO: E016001663

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.
ACÓRDÃO JARI Nº

EMENTA: Multa por infração do Art. 167 do CTB, por “Deixar o condutor de usar o cinto de segurança”. Inobservância de prazo, Art 281, II do CTB. Recurso Conhecido e Provido.

Relatório

Trata-se de Recurso interposto por proprietário legal, em oposição ao rigor do art. ao **Art. 167 do CTB**, por “**Deixar o condutor de usar o cinto de segurança**”, em 04/07/2015, na rodovia A010, Km 1-(...)- Camaçari/BA. Alega inobservância do prazo determinado no art. 281, inc. II do CTB, requer cancelamento da multa e consequente arquivamento. O Recorrente junta a documentação necessária à análise de suas argumentações, onde se verifica a plausibilidade das preleções. É o relatório.

Voto

Superada a questão de ordem processual, no que pertine a tempestividade e capacidade postulatória, compulsando os documentos que instruem os autos do recurso, percebe-se do “Relatório de Auto de Infração – Extrato” que a Notificação de Autuação de Infração – NAI recebida pelo proprietário do veículo foi expedida fora do trintídio legal, haja vista a contrariedade à previsão do art. 3º da Resolução 404/12 do CONTRAN, vigente a época, vejamos:

Art. 3º À exceção do disposto no § 5º do artigo anterior, após a verificação da regularidade e da consistência do Auto de Infração de Trânsito, a autoridade de trânsito expedirá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do cometimento da infração, a Notificação da Autuação dirigida ao proprietário do veículo, na qual deverão constar os dados mínimos definidos no art. 280 do CTB.

(...)

§ 2º A não expedição da notificação da autuação no prazo previsto no caput deste artigo ensejará o arquivamento do Auto de Infração de Trânsito.

Desta forma, a (NAI) fora emitida/expedida pelo Órgão Autuador (SEINFRA/SIT) em 08/11/2017, em mais de trinta dias da lavratura do Auto de Infração, ocorrida em (04/07/2015), quando de ofício reconheço a insubsistência do AIT, VOTO no sentido de CONHECER do recurso interposto, dando-o por PROVIDO pelas razões ora expostas que revelam a inobservância do prazo decadencial imposto à administração pública, com fulcro no artigo 281, § Único, Inciso II, julgando INSUBSISTENTE o Registro do Auto de Infração nº. **E016001663**, lavrado contra **ADONIAS DOMINGOS DE CARVALHO**, determinando seu consequente arquivamento.

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, CONHECER do Recurso apresentado, dando-o por PROVIDO, determinando o arquivamento do Auto de Infração nº. **E016001663**, pelas razões de direito aqui expostas. Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 23 de fevereiro de 2021.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente - Relator

Aldalice Amorim dos Santos -Membro Titular / SIT

Regina Helena S. dos Santos - Membro suplente em Exercício - DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Secretário interino da JARI